

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de maio de 2021 às 07h42
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Patentes

Projeto de lei sobre quebra de patentes de vacinas contra covid deve ser engavetado na Câmara . 3

GERAL | O ESTADO DE S.PAULO | LAURIBERTO POMPEU

Folha de S.Paulo | BR

03 de maio de 2021 | Patentes

Planalto teme desgaste e tenta barrar quebra de patentes 5

SAÚDE | JULIO WIZIACK | GUSTAVO URIBE

Projeto de lei sobre quebra de patentes de vacinas contra covid deve ser engavetado na Câmara

GERAL



O 'Estadão' apurou que o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), trata o tema como a última de suas prioridades e já avisou que "não vai nem olhar" para esse assunto

BRASÍLIA - Aprovado no **Senado** na noite desta quinta-feira, 29, o projeto de lei que autoriza a **quebra** de patentes de **vacinas** e medicamentos contra a **covid-19** no Brasil deve ser engavetado na Câmara. O **Estadão** apurou que o presidente da Casa, **Arthur Lira** (Progressistas-AL), trata o tema como a última de suas prioridades e já avisou que "não vai nem olhar" para esse assunto. Com exceção de nomes da oposição, a maioria dos líderes de partido evita declarar apoio. O governo de **Jair Bolsonaro** é contra.

O projeto altera uma lei de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. A versão aprovada pelos senadores por 55 votos a 19 foi sugerida pelo relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), com base no texto original, do senador Paulo Paim (P-T-RS). Com a **quebra** de patentes, a produção de imunizantes, insumos e remédios não precisaria observar os direitos de propriedade industrial durante a pandemia. No âmbito internacional, países como Índia e África do Sul tentam aprovar essa medida na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas na-

ções desenvolvidas, como Estados Unidos, Reino Unido, Suíça e Japão são contra. O governo brasileiro não se posicionou oficialmente.

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), questiona a efetividade de o Brasil adotar a medida de forma isolada. "Poderíamos ter como efeito as empresas não venderem vacinas para nós", afirmou ao **Estadão**. O argumento é o mesmo usado pelo líder do governo na Casa, o deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR).

O presidente da Câmara também tem afirmado à interlocutores que a medida terá como efeito afugentar registros de medicamentos no País. Lira tem se informado sobre o assunto com especialistas e chegou a conclusão de que é impossível **quebrar** patentes no Brasil se não há registro dos medicamentos. O que torna o projeto aprovado pelos senadores inócuo.

Mesmo entre aqueles que defendem a flexibilização das regras, a avaliação é que promover a **quebra** de patente sem mudar acordos internacionais não é suficiente para produzir vacinas. O que só seria possível caso o Brasil dominasse todas as etapas do ciclo de produção. Além disso, o processo para o País descobrir o modo de fabricação de imunizantes como os produzidos pela Pfizer e Janssen poderia levar meses ou anos.

"Nosso problema agora não é **quebra** de patente, mas como a gente consegue vacina para os próximos meses? Para este problema a licença compulsória não parece ser a solução", afirmou o advogado Otto Banho Licks, especializado na área de **propriedade** intelectual. "Duvido muito que a gente, na prática, teria uma licença compulsória. A lei permite, mas a gente não vai ter (por causa dos processos de fabricação das vacinas)."

Continuação: Projeto de lei sobre quebra de patentes de vacinas contra covid deve ser engavetado na Câmara

Acordos

Na Câmara, um dos defensores da **quebra** de patente é o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), que assumiu recentemente o comando da Comissão de Relações Exteriores. O tucano disse que pretende procurar o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), para discutir o texto. "Vou conversar com ele sobre esse tema na terça-feira. A dúvida é se tem alguma efetividade como está", disse ao Estadão. O tucano também é autor de um projeto de **quebra** de patentes.

O projeto do Senado autoriza a licença compulsória apenas quando a empresa que detém o produto não suprir o mercado de forma suficiente em uma situação

de emergência como a pandemia do novo coronavírus. Mesmo com a patente quebrada, seus detentores receberão 1,5% do lucro líquido advindo da venda do produto.

Apesar das resistências, deputados de oposição pressionam para que o projeto seja colocado em votação. "Seremos a favor. Acredito que possamos ter maioria", afirmou o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-PE). O líder do PT, deputado Bohn Gass (RS), declarou que a medida é necessária neste momento para "evitar mortes". A decisão sobre a pauta cabe a Arthur Lira.

Lauriberto Pompeu, O Estado de S.Paulo

Planalto teme desgaste e tenta barrar quebra de patentes

SAÚDE

Se texto passar na Câmara, poderá ser vetado para garantir entrega de vacinas

Julio Wiziack e Gustavo Uribe

A ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo) tem a missão de barrar na Câmara dos Deputados a proposta de **quebra** de patentes de vacinas contra a Covid-19. Uma eventual aprovação do texto na Casa causará mais estragos à imagem do presidente Jair Bolsonaro.

Na quinta-feira (29), o Senado deu aval à iniciativa. Dos integrantes da Casa, 55 votaram a favor do projeto de lei de **quebra** de patentes e 19 contra. Boa parte deles forma a base aliada do governo.

Derrubar o projeto na Câmara - de onde a deputada federal do PL pelo Distrito Federal saiu para assumir a articulação política do Planalto - será uma prova de fogo para a ministra aliada do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), líder do centrão. A ideia é poupar Bolsonaro de novos desgastes.

Assessores palacianos dizem que a aprovação forçaria o presidente a vetar integralmente o texto, o que lançaria a opinião pública contra ele, enquanto a política do governo de combate à pandemia já é foco de uma CPI no Senado.

Com o veto, o presidente passaria a mensagem de que não colabora com a fabricação de um imunizante no Brasil sem depender de importação de insumos ou doses.

Segundo auxiliares, caso Bolsonaro sancione o texto, negociações por vacinas poderiam ser paralisadas por quebra de direito de propriedade intelectual. Acordos de transferência tecnológica também estariam em risco.

Até mesmo doses encomendadas poderiam não ser entregues. Isso afetaria o PNI (Programa Nacional de Imunizações), cujo cronograma para a vacinação contra o coronavírus já vem enfrentando atrasos sistemáticos.

O negacionismo de Bolsonaro e a demora do governo na compra de doses prontas e princípios ativos deixaram o país sem vacinas.

No Brasil, desde o início da pandemia em março do ano passado, mais de 400 mil pessoas morreram de Covid.

Hoje, cerca de 15% da população está imunizada. No Uruguai, por exemplo, mais de 30% tomaram ao menos uma dose.

O Brasil registra número de novos casos estável, mas estacionado em um dos patamares mais altos do mundo.

São 66 mil novos casos diários em média nos últimos 30 dias, atrás apenas da Índia, segundo levantamento da Folha com base em dados compilados pela Universidade Johns Hopkins.

De acordo com Nelsinho Trad (PSD-MS), relator da proposta e aliado do governo no Senado, a ideia é estimular a indústria local a fabricar os imunizantes.

Isso daria autonomia ao país na vacinação da população. Apesar da intenção, o país, por ora, não tem capacidade de produção local.

A presidente da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Nísia Trindade Lima, afirmou, em audiência pública, que a instituição pretende fabricar integralmente o imunizante somente a partir de setembro.

Continuação: Planalto teme desgaste e tenta barrar quebra de patentes

Antes disso, buscam-se soluções para a implementação da **transferência** de tecnologia prevista em contrato com a Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca.

A Fiocruz terá ainda de ampliar sua capacidade instalada para dar conta de uma produção de imunizantes em larga escala.

O Instituto Butantan, em São Paulo, também trabalha para fabricar em escala a ButanVac, com princípio ativo nacional produzido em parceria com um consórcio de instituições estrangeiras cuja pesquisa teve início com pesquisadores do Hospital Mount Sinai, de Nova York.

Para tentar contornar as limitações do parque farmacêutico do país, o senador Wellington Fagundes (PLMT) apresentou um projeto de lei, também aprovado, autorizando três fábricas de medicamentos veterinários a atuarem nesse período na produção das vacinas.

Segundo ele, a proposta teve aval da ministra Tereza Cristina (Agricultura) porque os imunizantes contra febre aftosa já estão prontos, o que garantirá a saúde do rebanho, abrindo espaço para a ocupação temporária das fábricas.

No entanto, ainda não se sabe se as unidades serão autorizadas pela **Anvisa** (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a produzir vacinas.

Na Câmara, Lira já indicou a deputados que não considera essa pauta prioritária e que não há apoio suficiente para votá-la.

Segundo aliados do congressista, ele não considera que existam patentes de vacina para serem quebradas.

Favorável à proposta, o deputado e ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha (PT-SP) criticou o fato de, na pandemia, o detentor de uma patente decidir para

quem e por quanto tempo vender um medicamento ou um imunizante.

"Mais de 70% das doses de vacinas aplicadas no mundo estão concentradas em dez países. Está provado que o monopólio dessas poucas empresas não dá conta de atender à necessidade da humanidade neste momento", afirma.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), porém, rechaçou a proposta.

"Dentro dos acordos multilaterais, já há possibilidade e regras para **quebra** de patentes. O governo federal é contra a **quebra** de patentes por mudança na lei de patentes", disse Barros à Folha.

A preocupação se dá porque uma eventual sanção do projeto criará problemas na área econômica.

Em conversas de técnicos do Ministério da Economia com assessores do Planalto, o time de Paulo Guedes mostrou preocupação com o texto aprovado no Senado.

Durante a tramitação, o projeto de lei ganhou dispositivos que ampliaram o escopo da proposta apresentada por Paulo Paim (PT-RS).

Inicialmente, era prevista apenas a **quebra** de patentes de vacinas contra o novo coronavírus.

Trad apresentou um relatório substitutivo que instituiu a quebra da propriedade intelectual não somente de vacinas, mas também de medicamentos e até de artigos ou tecnologias que possam eventualmente servir no combate da pandemia.

De acordo com o projeto aprovado, a **quebra** de patentes ocorrerá independentemente da vontade do presidente da República, sempre que houver estado de calamidade no país.

Ou seja, a violação das patentes passará a ser per-

Continuação: Planalto teme desgaste e tenta barrar quebra de patentes

manente sempre que houver situações de emergência.

O texto prevê uma indenização irrisória, segundo os fabricantes de medicamentos que tentaram barrar o projeto junto a governo e congressistas.

Uma **quebra** de patente de tal magnitude poderá levar à retirada do país da OMC (Organização Mundial do Comércio), o que afetaria acordos em curso, como o pacto com a União Européia.

A sanção da proposta, nos moldes atuais, também comprometeria a candidatura do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico), o clube de países ricos.

Segundo relatos, na avaliação do time de Guedes, o projeto levaria ainda o Brasil a ingressar na lista dos Estados Unidos de países que desrespeitam a propriedade intelectual.

Isso poderia levar ao risco de uma fuga de investidores americanos do país.

Procurado, o Ministério da Economia não respondeu até a conclusão deste texto.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Patentes
3, 5

Inovação
5